

A retórica entre a comunicação e o comunicar¹

Regiane Miranda de Oliveira Nakagawa

Doutora; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
regianemo@uol.com.br

Resumo

Este artigo busca discutir a maneira pela qual se articulam as práticas retóricas agenciadas pelo comunicar, tendo em vista a diferença entre essa prática e a comunicação. Para tal, retoma os pressupostos por intermédio dos quais a retórica foi investigada no âmbito dos meios entendidos da perspectiva técnica, em conformidade com vários estudos vinculados à chamada *Mass Communication Research*, e traz, em contraponto, o aspecto da imponderabilidade do comunicar que é potencializado pelos meios entendidos como ambientes comunicacionais. Assim, busca-se mostrar de que modo os primeiros limitaram o entendimento do exercício suasório a um viés meramente instrumental e coercitivo, que gera a aproximação entre a retórica e a lógica, ao passo que a segunda envolve a consideração das mediações semióticas pelas quais se dá a argumentação retórica.

Palavras-chave

Retórica. Comunicação. Comunicar. Meio técnico. Ambiente comunicacional.

1 Introdução

Falar em retórica implica, necessariamente, falar em comunicação. Afinal, não há como pensar a retórica fora do intercâmbio estabelecido entre diferentes interlocutores, seja essa relação mediada por suportes tecnológicos ou não. Tal caracterização fenomenológica fez que, historicamente, a retórica não fosse desconsiderada pelos estudos que se dedicaram à compreensão do fenômeno comunicacional.

¹ A primeira versão deste artigo foi apresentada no GP Semiótica da Comunicação, vinculado ao XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. A versão atual contou com contribuições valiosas de Alexandre Rocha da Silva, a quem agradeço.

As inúmeras perspectivas de entendimento dos processos comunicacionais, ao longo da história, podem ser detectadas quando nos debruçamos sobre as distintas teorias da comunicação e abordagens existentes daquilo que se considera “comunicação”. Disso resultam formas diversas de compreensão sobre a delimitação do objeto epistemológico das chamadas Ciências da Comunicação, bem como do modo de inquiri-lo.

Porém, no âmbito dessas abordagens, cada vez mais, ganha espaço o debate sobre o tensionamento e a assimetria que se reconhecem como característicos do comunicar, em contraposição às relações simétricas que distinguem a comunicação agenciada pelos meios técnicos. Como afirma Ferrara (2012), ainda que, muitas vezes, a comunicação e o comunicar sejam vistos como sinônimos, um e outro designam processos muito distintos. A comunicação confunde-se com o meio técnico que lhe dá suporte, concepção esta que foi predominante dentre os primeiros estudos da chamada *Mass Communication Research*, ao passo que o comunicar pressupõe a imprevisibilidade dos intercâmbios que ocorrem em meio aos ambientes comunicacionais edificados na cultura.

O reconhecimento de que os processos comunicacionais têm-se mostrado, cada vez mais, multifacetados e indeterminados e de que deles decorre a contínua revisão das suas abordagens coloca, a nosso ver, outra questão: como se articulam as práticas retóricas agenciadas pelo comunicar e como seria possível discriminá-las?

Esse questionamento deriva do fato de que, não raro, no campo comunicacional, a retórica ainda é definida como discurso “autoritário” e “fechado sobre si próprio”, imposto unilateralmente por poucos a uma totalidade indiferenciada, com o intuito de incitar um grupo a agir de uma maneira determinada. Todavia, essa compreensão não se coaduna com uma prática comunicativa edificada, basicamente, pela alteridade e pela divergência, cujo devir tem colocado em dúvida, inclusive, a própria crença na capacidade controladora das trocas comunicacionais. Nesse sentido, tal entendimento da retórica ainda parece amparar-se nos preceitos que serviram de base para a constituição dos estudos que compuseram o início da chamada *Mass Communication Research*, cujo modelo unilateral do processo comunicativo, aliado à concepção do meio como mero canal de transporte, encerrou a prática retórica num âmbito meramente coercitivo.

Assim, de forma especulativa, este artigo visa discutir alguns parâmetros que devem ser considerados quando da abordagem retórica do comunicar. Buscaremos explorar duas hipóteses:

- a) quando colocada em contato com o campo da comunicação, a retórica quase sempre foi estudada em conformidade com a dimensão controladora do meio técnico, o que reforça sua ação como *technè*, ao mesmo tempo em que a aproxima da lógica;
- b) quando vista da perspectiva do comunicar, a retórica retoma a dimensão agonística que a caracterizou quando do seu surgimento entre os gregos e, de tal aspecto, a compreensão dessa prática não pode prescindir do ambiente comunicacional mais amplo da cultura.

Pelo percurso que visa retomar alguns parâmetros fundadores da *Mass communication research* e o viés lógico que pautou as práticas retóricas agenciadas pelos meios técnicos, passando-se pela compreensão do comunicar modelizado pelos ambientes e as mediações semióticas envoltas com o exercício suasório, pretendemos pontuar a necessidade de reposicionamento do estudo da retórica à medida que se altera a compreensão do papel exercido pelos meios na cultura. Com isso, objetiva-se colaborar para a ampliação do debate sobre a complexidade da relação entre a retórica e o campo da comunicação, o que impede que um mesmo parâmetro de análise seja empregado indistintamente, sem que se considere o modo pelo qual as relações comunicativas são concebidas num determinado contexto.

2 A comunicação, o meio técnico e a instrumentalidade da retórica

Cumprе ressaltar que não é propósito deste artigo discutir os principais referenciais teóricos que, direta ou indiretamente, contribuíram para difundir o entendimento instrumental da comunicação, algo que já foi realizado por inúmeros estudiosos do assunto. Interessamos, sim, indicar de que maneira tais preceitos relacionados à *Mass Communication Research*, sobretudo no seu início, não poderiam prescindir de uma determinada abordagem retórica da comunicação. Afinal, em virtude da crença na instrumentalidade dos meios, tornou-se urgente compreender como era produzido o efeito persuasivo que eles causavam, até mesmo para que tais dispositivos de controle pudessem ser, cada vez mais, aprimorados.

Não há como desconsiderar dois aspectos diretamente relacionados que, de forma inequívoca, constituíram o objeto de uma nascente *Mass Communication Research*²: a expansão dos meios de comunicação e a concepção da massa de receptores. Apesar das variáveis

² Referimo-nos aos primeiros estudos realizados na tentativa de instituir uma disciplinarização para a área, na qual se destaca a *Mass Communication Research*.

que distinguem as inúmeras teorias existentes, é possível reconhecer algumas dominantes, sobretudo no que diz respeito ao entendimento dos meios e/ou canais de comunicação. Se considerarmos que o conceito mais elementar de meio pressupõe, necessariamente, um “espaço intermediário” (BAITELLO JÚNIOR, 2005), ou seja, algo que se interpõe entre uma coisa e outra, então, pode-se pressupor que toda técnica envolve, obrigatoriamente, um meio. Aqui, a técnica é entendida como uma arte, tal como ela foi definida pelos gregos, ou seja: um conjunto de normas que, se seguidas a contento, levaria ao alcance de um determinado objetivo. Nesse sentido, toda técnica pode ser concebida como um meio que se coloca entre o homem e um determinado fazer. Em consequência, quando visto da perspectiva da técnica, o meio reveste-se de uma dimensão eminentemente instrumental, da mesma forma que a comunicação que ele potencializa (FERRARA, 2012).

Ao mesmo tempo, a formação de uma sociedade de massa, decorrente de uma série de fatores, como a produção em larga escala de mercadorias, o pensamento político conservador do século XIX, a constituição dos grandes centros urbanos etc., contribuiu para definir o perfil do receptor médio que, em geral, era “atingido” pelos meios. Um dos principais traços historicamente atribuídos à massa, compreendida como uma totalidade homogênea e anônima, se refere, justamente, à “pouca interação ou troca de experiência” (BLUMER, 1975, p. 177) entre os seus membros, da qual decorreria a incapacidade destes para se organizarem em torno de uma dada questão.

Tal noção colaborou para ratificar ainda mais o viés instrumental e unilateral presente na concepção de meio técnico e na comunicação intensificada por ele, uma vez que se pensava que a massa desempenhava um papel absolutamente amorfo nesse processo. Justamente por ser destituída da capacidade de organização, ela seria facilmente manipulada e agenciada por diferentes instrumentos de domínio social, dentre os quais os meios exerceriam um papel de destaque, sobretudo os eletrônicos, pois propiciavam o estabelecimento de uma recepção simultânea (McLUHAN, 2005), diferentemente do que ocorre com os meios impressos. Essa ideia reforçava ainda mais a crença no controle.

Os primeiros desses estudos podem ser situados no âmbito do chamado paradigma funcionalista-pragmático, ao qual se encontra vinculada a chamada Teoria Hipodérmica, e pelas pesquisas empírico-experimentais inicialmente realizadas pelos estudiosos da Escola de Columbia, em especial por Paul Lazarsfeld e Robert K. Merton. Fortemente influenciada pela psicologia behaviorista, a Teoria Hipodérmica buscou mapear os efeitos globais produzidos pelos meios junto à massa homogênea e atomizada de receptores. Disso decorre a

crença na ação unilateral, controladora e manipulatória exercida pelas tecnologias da comunicação, passível de ser apreendida por intermédio do modelo elaborado por Harold D. Lasswell (1977), ou seja: quem, diz o quê, por qual canal, a quem, com qual efeito.

Contrapondo-se em parte a essa perspectiva, que restringia o processo comunicativo à relação estímulo-resposta entre os meios e a massa de receptores, as pesquisas realizadas por Lazarsfeld e Merton buscavam testar, empiricamente, até que ponto a conduta dos indivíduos seria tão facilmente direcionada pelos meios. Os resultados mostraram que, ao contrário do que determinava a Teoria Hipodérmica, a comunicação mediada tecnologicamente não era a única esfera que intervinha no agenciamento das opiniões e dos comportamentos, uma vez que havia uma série de outras variáveis que se colocavam nesse processo, como a predisposição do público para uma dada questão, os processos psicológicos e a credibilidade ou o *ethos* da fonte.

Ainda que muitos indiquem o avanço que tal perspectiva representou para os estudos da comunicação, sobretudo quando comparada à Teoria Hipodérmica, é notável o caráter instrumental de tais pesquisas. Segundo Wolf (2005), de modo geral, elas foram pautadas por duas orientações: a primeira é referente ao mapeamento dos processos psicológicos do destinatário que, de alguma forma, interferem nos efeitos gerados pelos meios; a segunda diz respeito à necessidade de adequar as mensagens em virtude de tais particularidades, visando torná-las mais persuasivas. Com isso, busca-se descrever as variáveis psíquicas daqueles que compõem a massa, subdividindo-os em grupos para, com isso, delinear a maneira pela qual as mensagens deveriam ser ordenadas com o intuito de garantir maior eficácia comunicativa.

Apesar da consideração de que os efeitos gerados pelo estímulo (meios) poderiam ser distintos de um grupo a outro, o modelo linear e causal do processo comunicacional ainda não foi abandonado por completo, todavia se envolve “[...] num quadro de análise que se torna mais difícil e extenso [...]” (WOLF, 2005, p. 19). Na tentativa de prever qualquer variável que pudesse provocar um efeito diverso daquele para quem uma mensagem foi planejada, ainda se mantém a compreensão do processo comunicacional como uma relação unilateral, em que o conhecimento do outro é relevante apenas para controlá-lo. O repertório do auditório para o qual uma mensagem é direcionada deveria ser detalhadamente mapeado, pois, por meio desse conhecimento, seria possível elaborar grandes premissas que fossem ao encontro de crenças já estabelecidas, o que garantiria a eficácia argumentativa e, conseqüentemente, comunicativa de uma mensagem.

É justamente essa caracterização eminentemente instrumental dos meios, pelos quais seria possível operacionalizar um fazer, que nos permite aventar a proximidade que as práticas retóricas agenciadas pelos meios entendidos pela perspectiva técnica, assim como a metalinguagem que visa explicitá-las, estabeleceram com o raciocínio lógico em detrimento daquilo que, de fato, é característico do exercício suasório, tal como será discutido adiante. Assim, segundo nossa conjectura, muito do entendimento que envolveu o estudo retórico dos meios se reporta, mais propriamente, à compreensão de uma argumentação baseada, essencialmente, na lógica, da qual decorre uma forma específica de concepção da retórica quando vista pelo viés da comunicação.

Antes de tudo, cumpre ressaltar que a retórica e a lógica nunca estiveram dissociadas, tal como pode ser observado pelo estudo do *Trivium* que, a partir da Idade Média, denominou o conjunto das três artes liberais ligadas ao processo educativo, ou seja: a gramática, a retórica e a lógica ou dialética. Como Barthes (2001) afirma, a relevância do estudo do *Trivium* advém, primordialmente, do revezamento da importância alcançada por cada uma dessas disciplinas em diferentes momentos da história e do modo como cada uma delas interveio sobre as demais durante esses períodos.

Dentre esses revezamentos, não se pode desconsiderar a supremacia alcançada pela lógica sobre a retórica a partir da revolução científica iniciada por Galileu, uma vez que o método lógico dedutivo se firmou como um dos principais pilares daquilo que se convencionou denominar, a partir dos séculos XVI e XVII, como a Moderna Ciência da Natureza.

Da mesma forma, tal como afirma Ferrara (2012), na tentativa de se constituir como área científica, a comunicação incorporou uma série de preceitos vinculados à racionalidade característica do moderno, sobretudo no que diz respeito à crença no progresso inalienável da civilização na direção de uma sociedade ideal, à uniformização da organização social do tempo e do trabalho sustentada pelo relógio mecânico, à historicidade edificada pela contiguidade dos fatos e, por fim, ao raciocínio lógico dedutivo. Nesse contexto, nota-se que muito do entendimento da função exercida pelos meios técnicos se encontra diretamente amparado nesses pilares, dada a função delegada a eles como um instrumento de central importância para gerir o comportamento social, tendo em vista a crença no desenvolvimento linear da sociedade. Assim,

[...] a comunicação perfila-se, sem hesitação, à necessidade de planejar, divulgar e disseminar estrategicamente as diretrizes de uma sociedade cada vez mais articulada e organizada em um plano de objetivos centralizados que devem ser propagados, comunicados. Na base dessa origem e na efici-

ência desse programa é necessário convir que a comunicação é uma ciência moderna (FERRARA, 2012, p. 18).

Interessa-nos apontar que, seja como prática social, seja como área científica, a comunicação nunca esteve completamente dissociada do pensamento lógico, ainda que tal proximidade nem sempre se mostre aparentemente, tal como acontece quando das práticas retóricas agenciadas pelos meios técnicos. Assim, no caso em questão, parece-nos mais um momento em que a lógica se mostra preponderante em prejuízo da retórica, o que, no âmbito da comunicação, foi potencializado pela instrumentalidade exercida pelos meios na cultura.

A lógica envolve estruturas formais de raciocínio ou, ainda, uma “forma de disciplina mental” (McLUHAN, 1972, p. 229), dada a relação de causalidade estabelecida entre um conjunto de premissas preestabelecidas e a conclusão. Em consonância, a linguagem que lhe dá “corpo” deve, necessariamente, pautar-se por uma formalidade contrária a qualquer paradoxo que, eventualmente, possa colocar em risco a estrutura do intelecto.

Em consequência, há a edificação daquilo que Perelman (2004) define como argumentação lógica. Trata-se de uma forma argumentativa caracterizada essencialmente pela coerção, pois se estrutura com base em grandes premissas e na consequência da sua aplicação a casos específicos, de modo que se suprimam qualquer prova ou ponto de vista contrário ao preceito geral. Nesse caso, mais importante que o princípio é a ordenação lógica em que ele se insere, que, por si só, seria capaz de assegurar a indubitabilidade e a verdade de uma ideia.

Tais proposições são organizadas com base em crenças e hábitos já assumidos socialmente, pelos quais se edifica uma relação fundamentalmente simétrica entre os interlocutores envolvidos no processo comunicacional e o contexto mais amplo da cultura, uma vez que todos passam a compartilhar os mesmos códigos culturais, de maneira que

Para possibilitar a aplicação, no formalismo, do princípio da identidade, cada substantivo e cada expressão devem ter um único sentido, perfeitamente definido, que não varia nem conforme o contexto, nem segundo os usuários da linguagem formalizada [...] Logo, é preciso fornecer razões alheias ao formalismo, que farão deste um instrumento de comunicação desprovido de ambiguidade (PERELMAN, 2004, p. 98).

Em consequência, exclui-se qualquer possibilidade de alteridade e conflito, ao mesmo tempo em que se esvazia a complexidade que distingue as práticas retóricas na cultura, as quais passam a se configurar segundo uma única perspectiva. Por sua vez, o exercício de tais práticas é privilégio de poucos, ou seja, daqueles que detêm o uso dos meios.

Paralelamente, a inteligibilidade do discurso retórico volta-se à mera classificação e-exaustiva dos mecanismos utilizados com o intuito de produzir um resultado específico que, quase sempre, visa garantir a perenidade de um determinado sistema de valores. Como assinala Eco, a retórica transforma-se, assim, num “[...] mero depósito de soluções codificadas, atendo-se às quais a persuasão reconfirma, com uma redundância final, os códigos de onde se origina [...]” (ECO, 1971, p. 76), o que reforça ainda mais sua ação como *technè*, ou, segundo Barthes (2001), como uma “máquina”, capaz de produzir, de forma seriada, argumentos lógicos com base em qualquer ideia, por mais rudimentar que ela seja.

Com isso, acentua-se a dimensão técnica do meio, que se encontra diretamente relacionada à sua função persuasiva. Logo, não há como dissociar a prática retórica fomentada pelos meios da coação, o que confere à comunicação um poder de controle pelo qual seria possível garantir, com segurança, o alcance de um determinado efeito. Afinal, a estrutura comunicacional não comporta qualquer tipo de incompatibilidade ou contra-argumento e exige, por parte do outro, apenas o reconhecimento incondicional.

É indispensável considerar que, pela perspectiva do meio técnico, o exercício suasório adquiriu, de fato, tal feição. Da mesma maneira, segundo assinala Ferrara (2012), quando se limita o objeto do campo da comunicação apenas às relações agenciadas pelos meios técnicos, a compreensão da retórica como “discurso autoritário” é pertinente, ainda que não seja a única possível.

A nosso ver, o equívoco está em não reconhecer o viés lógico que caracteriza tal uso retórico pelos meios ou, ainda, em estabelecer que qualquer abordagem retórica da comunicação pressupõe, necessariamente, a inteligibilidade de formas de controle e opressão. Nesses casos, institui-se um pressuposto para a análise que confere, de antemão, uma conotação extremamente depreciativa para a retórica, pela qual se exclui qualquer outra possibilidade de questionamento.

Tal equívoco, por sua vez, gera outro: a consideração da palavra autoritária como sinônimo da palavra persuasiva. Porém, uma e outra não se confundem. Como enfatiza Lazzarato, a primeira reporta-se a “[...] técnicas disciplinares, fundadas no comando e na execução de ordens [...]” (LAZZARATO, 2006, p. 184), das quais decorrem escolhas dicotômicas e pre-estabelecidas, ao passo que a segunda é construída por meio da interação com o outro, o que requer alteridade e tensionamento. É isso que torna a palavra persuasiva apta a instaurar “[...] espaços de criação de possíveis [...]” (LAZZARATO, 2006, p. 186) e contestar convicções existentes.

Enquanto a palavra autoritária se encontra diretamente associada à comunicação agenciada pelos meios técnicos, a palavra persuasiva não pode prescindir do comunicar, processo este que, cada vez mais, se reconhece como sendo um problema a ser investigado pelo campo da comunicação. Se, na atualidade, se admite que os processos comunicacionais não se restringem à mera relação simétrica e unilateral entre diferentes esferas, tampouco os meios se limitam à dimensão técnica, logo, é preciso repensar que outra possibilidade investigativa se coloca para a retórica quando ela é vista pelo campo da comunicação. É o que discutiremos a seguir.

3 O comunicar, o ambiente comunicacional e a imponderabilidade das práticas retóricas

Ao contrário da comunicação agenciada pelos meios técnicos, o comunicar faz-se pelos intercâmbios edificados entre diferentes interlocutores, o que, necessariamente, requer alteridade e diferença. Por isso, ele é construído por meio de relações assimétricas e desiguais, uma vez que as esferas participantes das trocas não compartilham os mesmos códigos culturais. Como afirma Ferrara, o reconhecimento desse processo coloca, para o campo da comunicação, o desafio e a necessidade de redefinir seu objeto epistemológico, pois, ao contrário das relações edificadas pelos meios técnicos,

No comunicar, o objeto científico surge indeterminado porque não se deixa balizar por constantes ou por variações controladas do seu movimento. A indeterminação seria caracterizada na dinâmica da experiência da troca e do intercâmbio e na alteridade de elementos antagônicos e essenciais àquela alteridade, portanto, a indeterminação suporta a mobilidade do realmente existente e submisso à imprevisibilidade de variáveis de ordem social, cultural e política (FERRARA, 2012, p. 34).

O comunicar também não prescinde dos meios, porém, seu entendimento requer levar em conta o ambiente que uma tecnologia é capaz de potencializar, tal como define Marshall McLuhan (2005). Para o teórico canadense, todo meio consiste na externalização de um ou mais sentidos, da qual resulta a distensão de alguma operação física/corpórea ou mental. Tal dimensão cognitiva prevê um duplo movimento: relativo ao modo como cada meio traduz as informações em linguagem e ao tipo de raciocínio que se encontra diretamente relacionado a essa forma de codificação. Com isso, toda extensão tende a “explicitar” uma maneira específica de representação e entendimento que está diretamente vinculada à cognição de um ou mais órgãos dos sentidos. Na concepção de McLuhan, são justamente as trans-

formações geradas nas mais variadas esferas da sociedade e da cultura, ocasionadas por essa distensão, que edificam um determinado ambiente que, por seu turno, define o meio.

Nessa linha de interpretação, os meios e o comunicar agenciado por eles são entendidos pela sua capacidade essencialmente transformadora, tanto que, de acordo com Cavell (2002), aquilo que Claude Shannon e Warren Weaver (1975)³ definem como ruído, ou seja, a falha no canal comunicativo, McLuhan chama de meio, ou seja: “[...] todos os efeitos secundários, todos os padrões e as alterações não intencionais [...]” (tradução nossa) (CAVELL, 2002, p. 5). De tal aspecto, os processos comunicacionais são construídos pelos intercâmbios edificados entre diferentes ambiências, dos quais decorrem situações não controláveis que, evidentemente, não se restringem à mera interação estabelecida entre alguns poucos emissores e a massa de receptores.

Lidar com a imponderabilidade do comunicar implica, igualmente, a reconsideração do entendimento das práticas retóricas apenas como esferas de controle, modelizadas exclusivamente pelo raciocínio lógico. Cumpre lembrar que o comunicar nunca esteve dissociado do exercício suasório. Desde o seu surgimento entre os gregos, a retórica sempre se ocupou do contingente e do opinativo. Por constituir-se em meio ao espaço da *polis*, seu foco foram as questões relativas ao cotidiano, sobre as quais os indivíduos deveriam deliberar, ou, ainda, fazer valer um determinado ponto de vista. Por isso, de acordo com Ong (1967), o “objeto” da retórica pressupõe, necessariamente, o mundo da vida humana, cuja constituição discursiva não pode prescindir da troca contínua de papéis entre emissor e receptor, da qual resulta uma fala comunal, em que “[...] meu pensamento não é iniciado por conta própria, mas é sempre uma resposta a alguém, um eco modificado ou um eco com algo acrescentado [...]” (tradução nossa) (ONG, 1967, p. 221).

Como, obrigatoriamente, presume a fala do outro para ser edificado, o embate retórico conta com um determinado grau de imprevisibilidade e com as incompatibilidades dos repertórios colocados em interação. Por isso, não há como restringir o exercício suasório apenas à dimensão coercitiva: como seu objeto é o contingente, sua forma argumentativa jamais poderia partir de um pressuposto dado de antemão, cujo desdobramento ocorreria de maneira quase automática.

³ Referimo-nos à Teoria Matemática da Comunicação, difundida, pela primeira vez, numa monografia publicada em 1948 pelo engenheiro elétrico e matemático Claude Elwood Shannon (1916-2001), intitulada “Teoria Matemática da Informação”. Um ano mais tarde, esse mesmo trabalho foi ampliado pelos comentários de Warren Weaver (1894-1978), coordenador das pesquisas realizadas sobre as grandes máquinas de calcular durante a Segunda Guerra Mundial. O esquema formulado por Shannon visa efetuar a quantificação de uma mensagem veiculada de um polo a outro com o intuito de economizar custos e reduzir possíveis interferências. Por isso, o problema central da comunicação diz respeito apenas ao nível técnico, ou seja, à eficácia do trajeto percorrido por uma mensagem entre dois pontos, sendo tal percurso concebido como um trajeto linear, sem desvios ou interferências.

Desse aspecto, e em contraposição à argumentação lógica, opera-se aquilo que Perelman (2004) define como argumentação retórica, ou seja: quando a prática suasória é construída pela correlação estabelecida entre diferentes esferas, cujo devir inclui, forçosamente, a ação responsiva do outro. Como não se constrói por meio de um sistema formal de raciocínio, a argumentação retórica não se confunde com coerção, já que “[...] suas condições são muito menos precisas do que as da argumentação lógica [...]” (PERELMAN, 2004, p. 77).

Edificada por meio de intercâmbios, tal forma argumentativa envolve diferentes perspectivas e visões de mundo, uma vez que “[...] a relação eu/outro deve ser compreendida como uma relação acontecimental entre mundos possíveis e como expressão destes possíveis nos enunciados [...]” (LAZZARATO, 2006, p. 194). Por conseguinte, os textos culturais produzidos por meio dessas trocas jamais poderiam deixar de materializar a diversidade, a discrepância e a assimetria dos diferentes “mundos” colocados em relação.

A argumentação retórica carece da precisão característica da argumentação lógica, visto que é construída por meio de ambivalências, imprecisões e incompatibilidades, da mesma forma que não se pode estabelecer um limite para o acúmulo de argumentos, que pode estender-se infinitamente. Assim, quando observados pela perspectiva lógica, os textos elaborados com base na argumentação retórica tendem a ser considerados enunciados “não regulares” e “incorretos” (LÓTMAN, 1998), dada a impossibilidade de se deduzir um sentido unívoco com base em um padrão previamente definido. A presença de incompatibilidades é, também, um dos argumentos utilizados pelo raciocínio lógico para desqualificar a validade da argumentação retórica.

Apesar de reconhecer a existência de mensagens que exercem uma função eminentemente transmissiva, voltadas à propagação de um significado unívoco, Lótmán (1996) indica que os textos culturais são caracterizados, essencialmente, pela diversidade de codificações, tendo em vista os inúmeros sistemas colocados em diálogo na composição de um determinado arranjo sígnico. É essa heterogeneidade compositiva que o torna apto a gerar novos sentidos na cultura, uma vez que se ampliam os vínculos que o texto é capaz de gerar com diferentes esferas culturais.

No âmbito da argumentação retórica, isso pode ser apreendido pelos sistemas que modelizam as diferentes visões de mundo englobadas pelo embate agonístico. Em consonância com a perspectiva do comunicar e dos ambientes comunicacionais, as práticas retóricas devem ser entendidas não apenas pelos intercâmbios firmados entre os indivíduos par-

ticipantes das relações comunicacionais, mas, sobretudo, pelas distintas formas de raciocínio e sistemas sígnicos que são colocados em interação pela argumentação retórica.

Tal perspectiva encontra-se vinculada à pragmática, tal como ela foi definida por Lótmán. Para o autor (1996), o aspecto pragmático está diretamente relacionado ao “trabalho do texto” (tradução nossa), que abarca a ação de algo “externo” colocado em interação com uma dada ordenação textual, que pode ser tanto o receptor, também considerado como um texto cultural ou, ainda, o contexto mais amplo da cultura. A pragmática elucida por que, para o autor, apenas na relação com outras esferas culturais ocorre a geração de novas mensagens na cultura, bem como a produção de sentidos inusitados, pois, isoladamente, um texto nada é capaz de dizer.

Ao situar os interlocutores inseridos no comunicar como textos culturais, Lótmán indica a impossibilidade de ignorar todo o conjunto de mediações semióticas que se interpõe no processo de constituição de novas mensagens na cultura, ou seja, aquelas que não podem ser deduzidas automaticamente com fundamento em um padrão preestabelecido (LÓTMAN, 1998), tal como acontece com os textos que fazem parte da argumentação retórica. Essas mediações abrangem a dimensão perceptocognitiva que é potencializada por um meio, o tipo de raciocínio vinculado a ele e suas linguagens e códigos que, por sua vez, estão sempre em devir. Em outras palavras, trata-se do ambiente edificado pelos meios, onde ocorre o comunicar.

Logo, na constituição dos argumentos retóricos, não se trata de considerar apenas a volição daqueles envolvidos com o comunicar, mas, sim, as relações que constroem o ambiente onde, necessariamente, acontece o embate agonístico. Esse processo pode ser entendido quando nos reportamos à “lei do posicionamento” que, segundo Mikhail Bakhtin (1998), caracteriza o modo pelo qual se dá a focalização de um determinado fenômeno. Para ele, aquele que “observa” algo o faz por meio de um ponto de vista, situado num determinado contexto espaço-temporal. Ao mesmo tempo, como enfatiza Machado (1995, p. 37), o ponto de vista não pressupõe uma perspectiva única e excludente, pois “[...] o olhar que um indivíduo dirige ao mundo cria uma simultaneidade de percepções [...]”, decorrentes dos “[...] espectros de perspectivas possíveis que nele incidem [...]”, considerando-se que uma perspectiva exige o reconhecimento de todo um campo extraposto, ou seja, daquilo que está fora do ponto de vista e que, concomitantemente, também está implicado na focalização.

Em consonância com a pragmática definida por Lótmán, esse ponto de vista é sempre cultural, uma vez que é edificado por meio das modelizações geradas pelas mediações semi-

ólicas imersas num determinado ambiente comunicacional que, por sua vez, subsiste em constante tensionamento com outros ângulos, passíveis de ser construídos por outros ambientes, dos quais decorre a constituição do(s) campo(s) extraposto(s). Afinal, em conformidade com a dimensão ecológica de estudo dos meios proposta por McLuhan (2005), quando surge, um meio não elimina seus antecessores, mas os ressignifica, de modo que diferentes ambiências subsistem sincronicamente na cultura e em constante intercâmbio e tensionamento. Inclusive, ainda segundo o autor, é por meio dessa relação que se torna possível discriminar aquilo que é distintivo de cada esfera colocada em interação.

Assim, lidar com a argumentação retórica requer, necessariamente, lidar com a estruturação de textos culturais semioticamente heterogêneos, sobre os quais incidem diferentes focalizações modelizadas pela diversidade de variáveis que constroem os mais variados ambientes comunicacionais na cultura. É essa diversidade que permite apreender os diferentes pontos de vista e “mundos possíveis” entrelaçados com o exercício suasório e, como elas não são simétricas, não há como desconsiderar as incompatibilidades dessas focalizações. É essa assimetria que torna os intercâmbios, de fato, viáveis, com também permite que a persuasão permaneça “[...] aberta, capaz, em cada um dos seus novos contextos dialógicos, de revelar novas possibilidades semânticas [...]” (LAZZARATO, 2006, p. 186) absolutamente irrealizáveis no âmbito da lógica.

4 Considerações finais

Ao situarmos as diferenças entre a comunicação e o comunicar, o meio técnico e os ambientes comunicacionais, a argumentação lógica e a retórica, não pretendemos estabelecer meras dicotomias simplistas e excludentes entre eles. Também não é nosso propósito situá-los no âmbito de uma perspectiva diacrônica de estudo, como se qualquer um desses processos fosse capaz de suplantar o outro.

Cumpramos ressaltar que nosso entendimento da comunicação e dos meios pressupõe a perspectiva epistemológica vinculada ao *continuum* semiótico de relações que, de acordo com Lótmán, distingue a semiosfera (LÓTMAN, 1996, p. 22). Pelo *continuum*, torna-se possível apreender, de maneira sincrônica, a diversidade de relações que compõem os mais variados sistemas presentes na cultura, bem como os intercâmbios que eles estabelecem entre si.

Ao indicar as distinções existentes entre as formas argumentativas agenciadas pela comunicação e pelo comunicar, buscamos, primeiramente, situar a semiose que tende a ser

potencializada em cada uma dessas práticas, o que impede que uma e outra sejam consideradas da mesma perspectiva. Tal como enfatizamos, não se pode admitir a complexidade que, cada vez mais, caracteriza o fenômeno comunicacional e, paralelamente, negligenciar o fato de que, quando muda a natureza do processo comunicativo, as práticas retóricas são igualmente ressignificadas. Como consequência, a compreensão do exercício suasório também passa a demandar novos questionamentos.

Em segundo lugar, a presença cada vez mais premente do comunicar, em virtude do aumento da diversidade de relações que edificam os ambientes comunicacionais, não implica o desaparecimento de situações pautadas pela comunicação agenciada pelos meios técnicos. A tentativa, tão atual, dos meios jornalísticos, de construir uma opinião pública favorável a pautas conservadoras, por meio de uma argumentação essencialmente lógica, ancorada num ponto de vista único, elucida bem esse processo. Paralelamente, nota-se o crescimento de espaços de resistência caracterizados essencialmente pelo comunicar e pelo embate agonístico edificado por meio de divergências e incompatibilidades que se mostram cada vez mais acirradas.

Em terceiro, a coexistência de relações edificadas pela comunicação e pelo comunicar e das formulações retóricas que cada uma delas potencializa exige igualmente o reconhecimento dos seus intercâmbios, passíveis de apreensão por meio da fronteira semiótica (LÓTMAN, 1990). Apesar da presença de determinados traços dominantes (JAKOBSON, 1983) nas diferentes elaborações retóricas edificadas na cultura, nenhuma delas apresenta-se em estado “puro”, de modo que tanto é possível apreender formas lógicas de raciocínio em meio ao embate agonístico quanto tentativas de dissensão do pensamento formal no âmbito da argumentação lógica. Disso resulta a constituição de textos culturais semioticamente heterogêneos, cuja especificidade constitutiva exigiria, como estratégia metodológica de análise, a discriminação dos intercâmbios que levaram à constituição de um determinado arranjo sógnico, o que, posteriormente, possibilitaria a criação de diagramas que permitiriam vislumbrar a lógica das relações que caracteriza diferentes práticas retóricas.

Nota-se assim que, quando se busca apreender o devir da cultura pela perspectiva epistemológica vinculada à semiosfera, é preciso discriminar a diversidade de processos que sucedem simultaneamente na cultura, mediante o tensionamento e as trocas que eles realizam entre si. Isso implica reconhecer que uma esfera apenas pode ser delineada por meio das relações que cria com outras, pelas quais se torna possível continuamente captar o que muda e o que se mantém em cada uma delas. Esse é o desafio que se coloca para uma análise

da retórica que busca verificar como diferentes processos comunicacionais e estruturas argumentativas subsistem em constante tensionamento na cultura.

Referências

BAITELLO JÚNIOR, Norval. **A era da iconofagia**. Ensaios de comunicação e cultura. São Paulo: Hacker Editores, 2005.

BAKHTIN, Mikhail. Formas de tempo e de cronotopo no romance (ensaios de poética histórica). In: BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e estética**. A teoria do romance. São Paulo: Unesp, 1998.

BARTHES, Roland. **A aventura semiológica**. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BLUMER, Herbert. A massa, o público e a opinião pública. In: COHN, Gabriel (Org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

CAVELL, Richard. **McLuhan in space: a cultural geography**. Toronto: University of Toronto Press, 2002.

ECO, Umberto. **A estrutura ausente**. Introdução à pesquisa semiológica. Trad. de Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva; Editora da Usp, 1971.

FERRARA, Lucrecia. **Os nomes da comunicação**. São Paulo: Annablume, 2012.

JAKOBSON, Roman. O dominante. In: LIMA, Luiz da Costa (org.). **Teoria da literatura em suas fontes**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1983.

LASSWELL, H.D. A estrutura e a função da comunicação na sociedade. In: COHN, Gabriel (org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

LAZARFELD, P.F.; MERTON, R.K. Comunicação de massa, gosto popular e ação social organizada. In: COHN, Gabriel (org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LÓTMAN, Iúri. **La semiosfera I**. Semiótica de la cultura e del texto. Madrid: Ediciones Frónesis Cátedra Universitat de València, 1996.

_____. **La semiosfera II**. Semiótica de la cultura, del texto, de la conducta y del espacio. Madrid: Ediciones Frónesis Cátedra Universitat de València, 1998.

_____. **La semiosfera III**. Semiótica de las artes y de la cultura. Madrid: Ediciones Frónesis Cátedra Universitat de València, 2000.

_____. The notion of boundary. In: LÓTMAN, Iuri. **Universe of mind**. A semiotic theory of culture. Bloomington- Indianápolis: Indiana University Press, 1990.

MACHADO, Irene de Araújo. **Língua entre linguagens: a argumentação gráfica na comunicação da ciência**. 2011. Tese (Livre-Docência). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

_____. **O romance e a voz**. A prosaica dialógica de Mikhail Bakhtin. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

MCLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutenberg**. A formação do homem tipográfico. Trad. de Leônidas Gontijo de Carvalho e Anísio Teixeira. São Paulo: Cia Editora Nacional/ Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

MCLUHAN, Stephanie & STAINES, David (orgs.). **McLuhan por McLuhan: conferências e entrevistas**. Trad. Antonio de Padua Danesi. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

ONG, Walter. **Oralidade e cultura escrita**. A tecnologização da palavra. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papirus, 1998.

_____. **The presence of the word**. Some prolegomena for cultural and religious history. New Haven: Yale University Press, 1967.

PERELMAN, Chaïm. **Retóricas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WEAVER, W. Teoria matemática da comunicação. In: COHN, Gabriel (Org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. Trad. Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Rhetoric between communication and communicating

Abstract

This article aims to discuss the manner in which rhetorical practices orchestrated by communicating are articulated, in view of the difference between this practice and the one of communication. To do so, it reproduces the conditions through which the rhetoric has been studied within the media understood through the technical perspective, in accordance with several studies linked to the so-called *Mass Communication Research*. It brings as a counterpoint the aspect of weightlessness of communicating, which is potentiated by the media as communicational environments. Thus, the aim in the present work is to show how the first limited the understanding of persuasive exercise to a merely biased and coercive instrumental that generates the rapprochement between rhetoric and logic, while the latter involves the consideration of semiotic mediation in which the rhetoric argument takes place.

Keywords

Rhetoric. Communication. Communicating. Technical Medium. Communication environment.

Recebido em 14/09/2015

Aceito em 13/11/2015